



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO REDONDO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
NÚCLEO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM SANEAMENTO
AMBIENTAL

PLANO MUNICIPAL DE
SANEAMENTO BÁSICO (PMSB) DO
MUNICÍPIO DE MORRO REDONDO – RS

PLANO DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Junho 2016

Equipe Técnica

Universidade Federal de Pelotas

Professores:

Dr. Maurizio Silveira Quadro – Coordenador do Projeto

Dr. Erico Kunde Corrêa

Dr. Amauri Antunes Barcellos

Dra. Andrea Souza Castro

Dra. Diuliana Leandro

Técnicos

Dr. Charles Froes

Tec. Elias Lisboa

Acadêmicos

Ana Luiza Bertani Dall Agnol

Andresse Nizolli Rodrigues

Carliana Rouse Favretto

Cauana Schumann

Luiza Souza de Paula

Gustavo Sarubbi Ferraz

Gustavo Farias Lima

Mélory Maria Fernandes de Araújo

Renata Andrade Cezimbra

ÍNDICE

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	7
1.1	ABRANGÊNCIA TERRITORIAL DO PLANEJAMENTO.....	7
2	BASES PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL.....	12
2.1	JUSTIFICATIVA	12
2.2	PRINCÍPIOS NORTEADORES	14
3	OBJETIVOS.....	18
3.1	GERAL	18
3.2	ESPECÍFICOS	19
4	AÇÕES	19
4.1	UNIVERSO DO PLANO	20
4.2	PÚBLICO ALVO	20
4.2.1	Direto.....	20
4.2.2	Indireto	21
4.3	LOCAIS DE EXECUÇÃO	22
5	METODOLOGIA E ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	22
5.1	ENCONTROS TÉCNICOS	23
5.1.1	Objetivo Macro da Atividade.....	23
5.1.2	Objetivos Imediatos da Atividade	24
5.1.3	Procedimentos Metodológicos	24
5.2	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....	25
5.2.1	Objetivo Macro da Atividade.....	25
5.2.2	Objetivos Imediatos da Atividade	25
5.2.3	Procedimentos Metodológicos	25
5.3	PRÉ-CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	
	26	

5.3.1	Objetivo Macro da Atividade.....	26
5.3.2	Objetivos Imediatos da Atividade	26
5.3.3	Procedimentos Metodológicos	27
5.4	CONSULTA PÚBLICA.....	27
5.4.1	Objetivo Macro da Atividade.....	27
5.4.2	Objetivos Imediatos da Atividade	28
5.4.3	Procedimentos Metodológicos	28
5.5	CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	28
5.5.1	Objetivo Macro da Atividade.....	29
5.5.2	Objetivos Imediatos da Atividade	29
5.5.3	Procedimentos Metodológicos	29
5.6	COMUNICAÇÃO SOCIAL	29
5.6.1	Planejamento da Comunicação Social.....	30
5.6.2	Produção do Material Informativo.....	31
5.6.3	Relacionamento com a Imprensa.....	33
5.7	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	35
6	EQUIPE E PARCERIAS	36
7	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	38
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do município de Morro Redondo	8
Figura 2 - Acesso ao município de Morro Redondo	9
Figura 3 - Meso região do município de Morro Redondo.	10
Figura 4 - Micro região do município de Morro Redondo.	11
Figura 5 - Níveis de influência dos cidadãos. Fonte: Adaptado do Guia para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico. BRASIL, 2011.	15
Figura 6 - Níveis de participação social, segundo o grau de envolvimento da comunidade na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico. Fonte: Adaptado do Guia para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico. BRASIL, 2011.....	16
Figura 7 - Modos básicos de participação social da comunidade nos Planos Municipais de Saneamento. Fonte: Guia para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico. BRASIL, 2011.....	17
Figura 8 - Diagrama dos objetivos do Plano de Comunicação e Mobilização Social de Morro Redondo/RS.....	18
Figura 9 - Diagrama das atividades a serem desenvolvidas, dentro da metodologia do Plano de Comunicação e Mobilização Social de Morro Redondo/RS.....	23
Figura 10 - Questões fundamentais do Planejamento de Atividades de Comunicação Social.....	31

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Organizações que se relacionam fortemente com a comunidade: agentes que incentivam a participação concreta com as áreas de saneamento	21
Tabela 2 - Equipe Técnica com respectivas funções e formação	36
Tabela 3 - Equipe de Fiscalização indicada pela Prefeitura Municipal de Morro Redondo, com indicação de cargo e função	37
Tabela 4 - Composição do Comitê de Coordenação da Política de Saneamento Básico e do PMSB	37
Tabela 5 - Composição do Comitê Executivo da Política de Saneamento Básico e do PMSB	38
Tabela 6 - Estrutura do Governo Municipal de Morro Redondo.....	38

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Cronograma Físico das Atividades do Programa de Comunicação e Mobilização Social – PCMS	39
--	----

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho é parte integrante do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do município de Morro Redondo/RS. Ele baseia-se integralmente no Termo de Referência estabelecido para elaboração de PMSB pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e suas Diretrizes e Parâmetros, publicados em outubro de 2011.

O Termo de Referência estabelece a obrigatoriedade de um Plano de Mobilização e Comunicação Social, que visa desenvolver ações para a sensibilização da sociedade quanto à sua importância e sua participação no processo de sua elaboração, atendendo ao inciso V do art. 9º da Lei 11.445/07, que determina estabelecer mecanismos de controle social, nos termos do inciso IV do art. 3º desta Lei.

Com o controle social, o Plano Municipal de Saneamento Básico deixa de ser um procedimento exclusivamente técnico, guiado exclusivamente por razões instrumentais, para ser um instrumento de política participativa e democrática.

Assim, neste plano estão contempladas as sugestões e recomendações colhidas pelo Comitê Executivo nos diferentes canais de acesso estabelecidos como forma de ordenar a participação.

1.1 ABRANGÊNCIA TERRITORIAL DO PLANEJAMENTO

O município pertence ao Escudo Sul-Riograndense do Estado do Rio Grande do Sul, na Bacia Mirim - São Gonçalo a qual ocupa uma área de 25.666,83 km².

Apresentando 244,64 Km² de território e altitude 245 metros acima do nível do mar, Morro Redondo está localizado entre o paralelo 31°35'41" de latitude sul e meridiano de 52°37'26" de longitude oeste, tendo como limites a N-NE e Leste com o município de Pelotas, a SE-S com o município de Capão do Leão, a SO-O com o município de Cerrito, e a O-NO-N com o município de Canguçu.

O município encontra-se a 289 Km de Porto Alegre (capital do Estado do Rio Grande do Sul), 38 Km de Pelotas, 28 Km de Canguçu, 31 Km de Capão do Leão e 53 Km do município de Cerrito. Tem como principal acesso à cidade a BR-392 que encontra-se asfaltada.

A seguir, são apresentados mapas de localização e acesso ao município de Morro Redondo e, também, da meso e micro região do mesmo.



Figura 1 - Localização do município de Morro Redondo

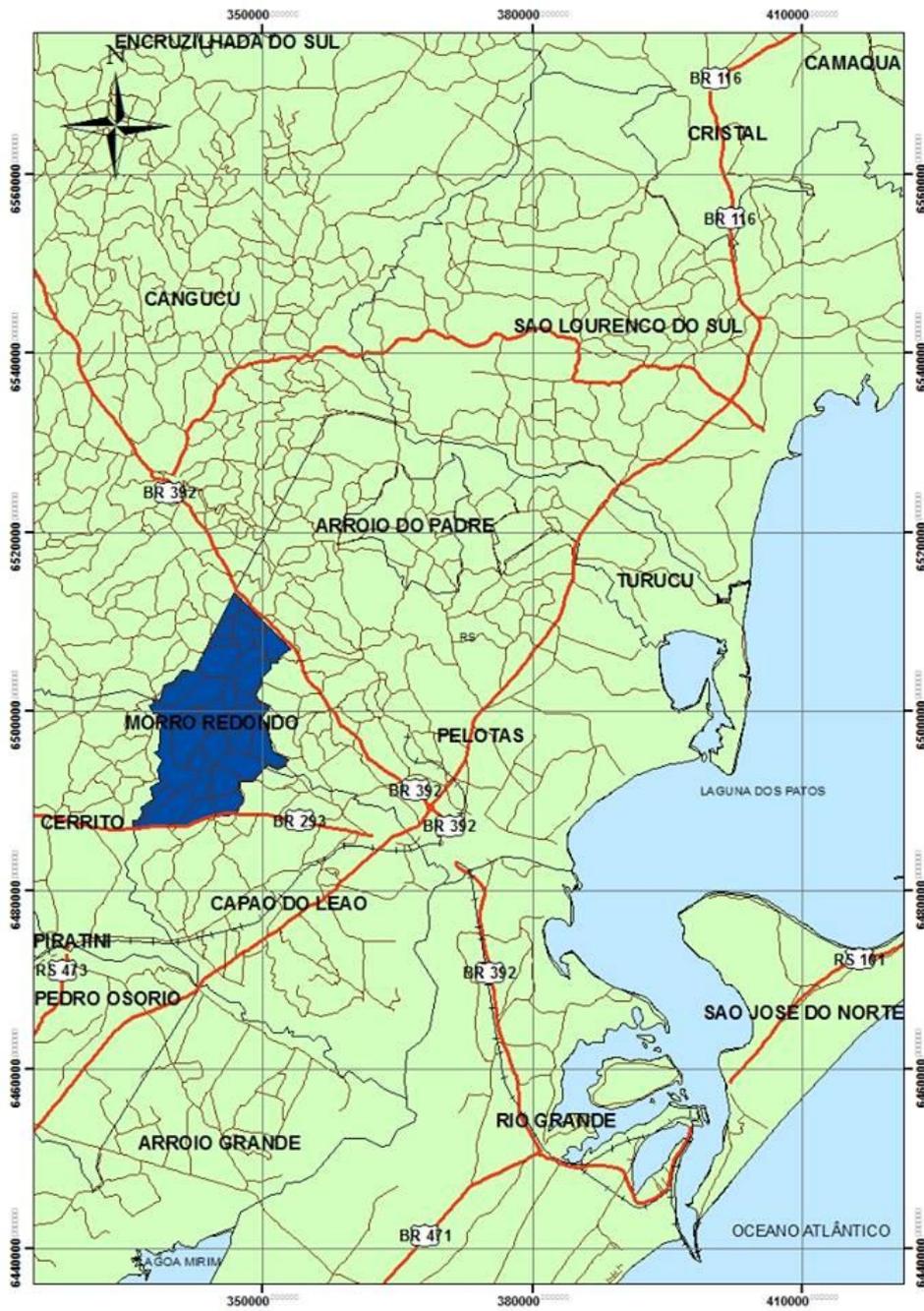


Figura 2 - Acesso ao município de Morro Redondo

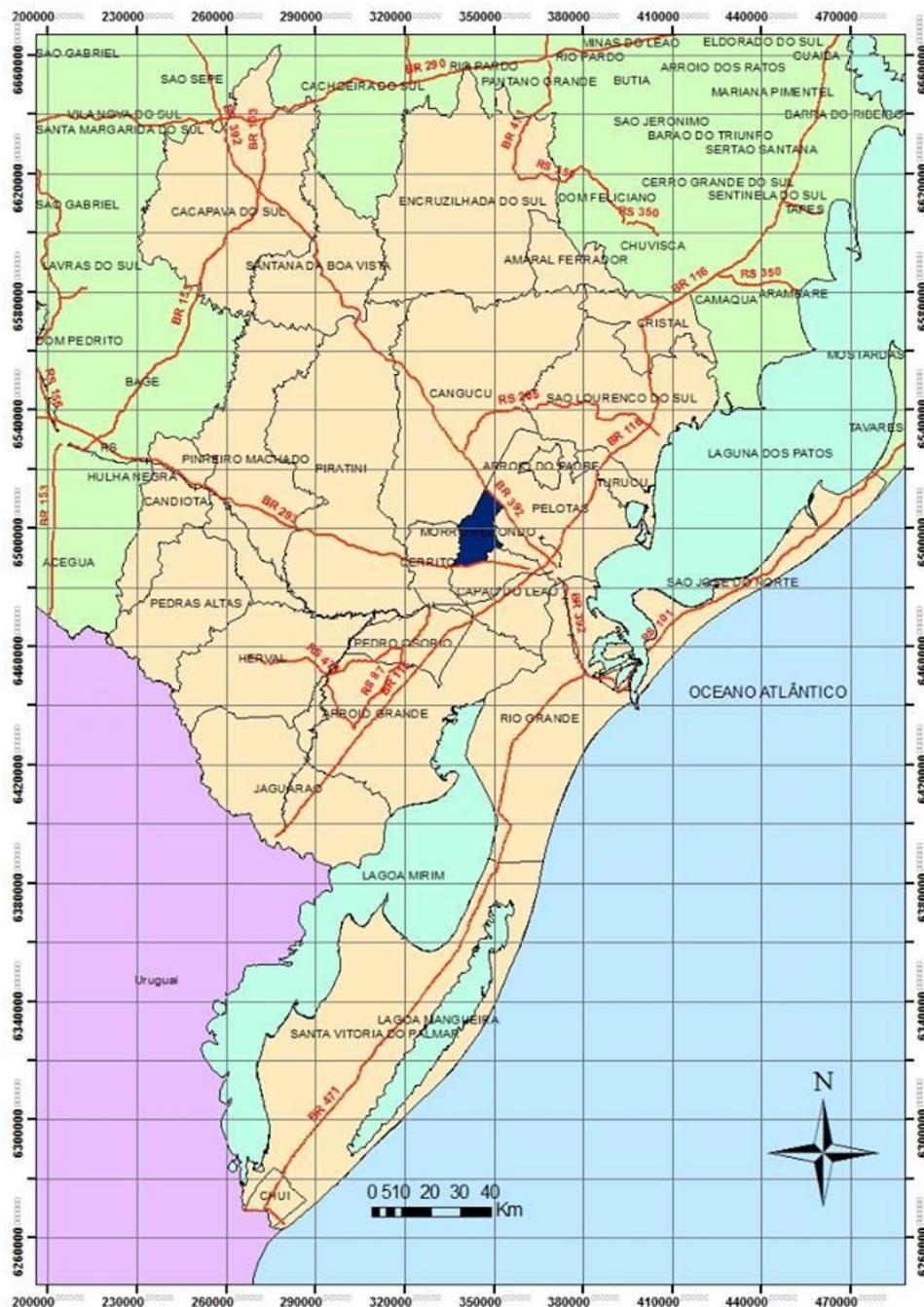


Figura 3 - Meso região do município de Morro Redondo.

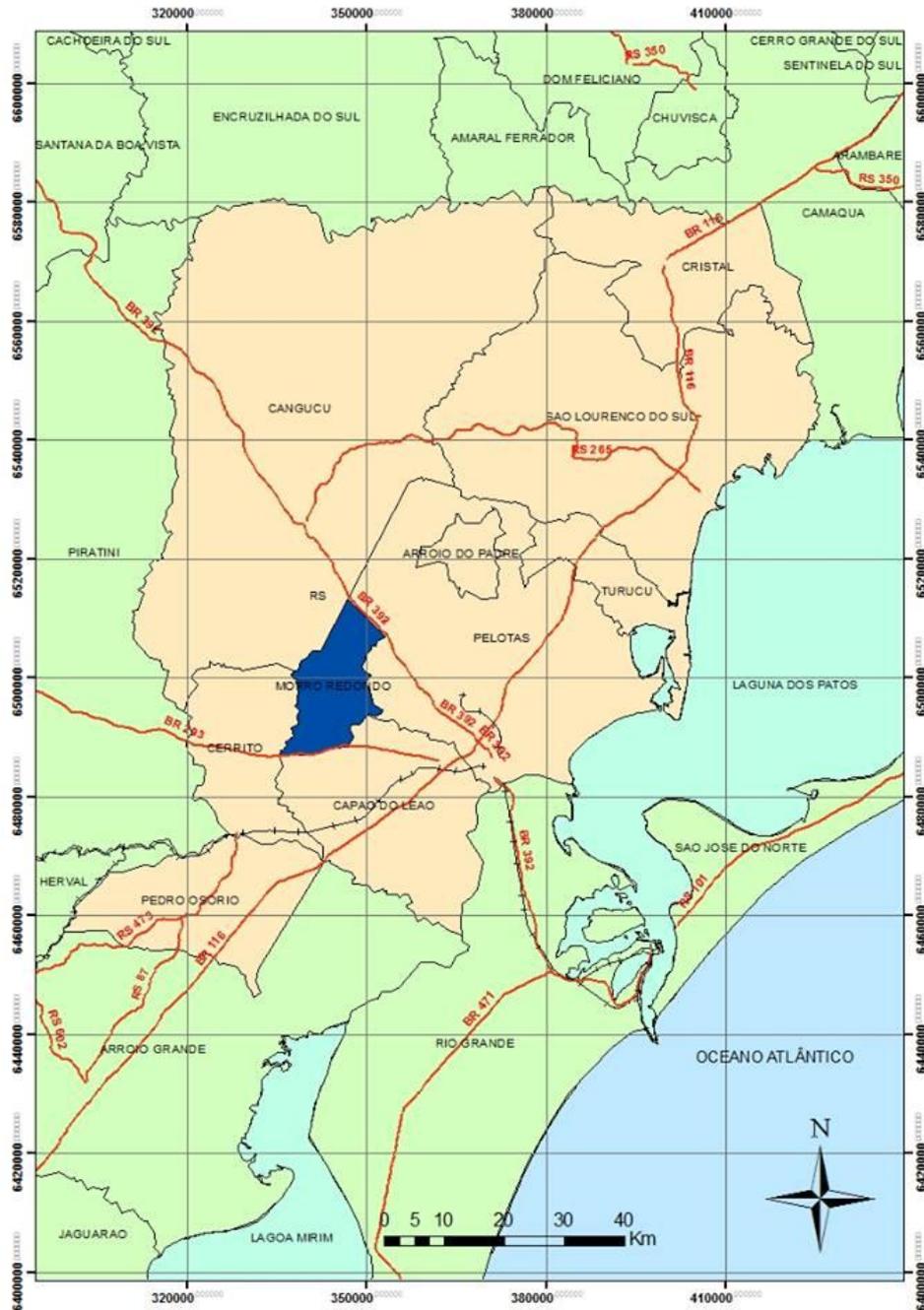


Figura 4 - Micro região do município de Morro Redondo.

2 BASES PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

2.1 JUSTIFICATIVA

O presente Plano de Comunicação e Mobilização Social – PCMS gerencia todo o processo de planejamento das ações que serão realizadas no município, define seus objetivos, metas e escopo da mobilização, além de abranger o cronograma e abordar as principais atividades desenvolvidas durante a elaboração do PMSB, envolvendo a participação popular e controle social.

O direito à participação da sociedade nos processos de formulação, planejamento, execução e fiscalização de políticas públicas está incorporado em vários mecanismos legais, como a Lei Orgânica da Saúde, Lei nº 8.080/1990; a Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei nº 9.433/1997; e o Estatuto das Cidades, Lei nº 10.257/2001, o que não difere na Lei Nacional do Saneamento Básico, Lei nº 11.445/2007, que, em seu Art. 2º, estabelece a importância da participação e gestão da sociedade na formulação de políticas e planos de saneamento como princípio fundamental da prestação dos serviços, o controle social.

Nesse sentido, as novas diretrizes para o saneamento básico no país trazem em seu bojo elementos fundamentais que garantam a participação da população nos processos, os quais sejam: (i) o acesso à informação, (ii) a representação técnica; e (iii) a participação na formulação, no planejamento e na avaliação das políticas de saneamento básico.

Na formulação da política pública de saneamento básico, a Lei Nacional do Saneamento Básico determina, no seu art. 9º, a necessidade dos titulares fixarem os direitos e deveres dos usuários e os mecanismos de controle social. No que se refere ao controle social, o art. 47 estabelece que este, quanto aos serviços públicos de saneamento básico, poderá incluir a participação em órgãos colegiados de caráter consultivo assegurado a representação:

- i. Dos titulares dos serviços;

- ii. De órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico;
- iii. Prestadores de serviços públicos de saneamento básico;
- iv. Dos usuários de serviços de saneamento básico;
- v. De entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor, relacionados ao setor de saneamento básico.

Para definir a política pública de saneamento, os municípios e estados podem compor um conselho ou utilizar outro órgão colegiado existente, desde que seja garantida a representação de diversos segmentos da sociedade, incluindo a sociedade civil organizada. Tal estratégia é usada em outras áreas da administração pública, como de meio ambiente, saúde, educação e recursos hídricos, e tem se mostrado importante nos processos de democratização das políticas públicas e na definição de administrações mais compatíveis com as realidades e demandas locais (BRASIL, 2011).

Conforme o art. 11, inciso V da Lei nº 11.445/2007, fica estabelecida a necessidade da definição de mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços, bem como nas contratações de serviços públicos de saneamento.

No que tange ao planejamento, a Lei define que a prestação de serviços públicos de saneamento básico deve visar a um Plano de Saneamento Básico, cuja elaboração deverá assegurar a ampla divulgação das propostas contidas nesse plano e dos estudos que as fundamentem, inclusive com a realização de audiências ou consultas públicas, conforme § 5º do art. 19 da Lei do Saneamento.

Quanto à regulação dos serviços públicos de saneamento, a Lei prevê a elaboração de normas que deverão abranger, dentre outros itens: os padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação (inciso X do art. 23 da Lei 11.445/2007).

Em resumo, o controle social contido no Art. 3º da Lei nº 11.445/2007, e definido como o “conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico”, é princípio fundamental da referida Lei, e deve ser garantido nas diversas funções de gestão dos serviços públicos

de saneamento básico, ou seja: no planejamento, na prestação dos serviços, na regulação e na fiscalização. Para tanto, a Lei prevê a necessidade do estabelecimento de normas e mecanismos para que este controle social se efetive. Assim, a Lei do Saneamento descreve não somente o direito da população ao acesso à informação, mas também a necessidade da realização de consultas e audiências públicas como condição para a validade dos contratos e a divulgação dos estudos e das propostas do Plano Municipal de Saneamento Básico para discussão com a sociedade. Além disso, os municípios e estados podem compor um Conselho ou utilizar outro existente para, dentre outras atribuições, proporcionar o controle social na elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas, planos, programas e projetos (BRASIL, 2011).

2.2 PRINCÍPIOS NORTEADORES

Muitas são as ferramentas e os instrumentos utilizados para o planejamento disponíveis na literatura, no entanto, o processo de planejamento do setor de saneamento do município de Morro Redondo deve ter caráter contínuo e desenvolvido em diversas etapas. A começar pela mobilização social, que é um termo comumente confundido com manifestações públicas, passeatas, marchas populares, entre outros, ainda que eventos desse tipo possuam um papel fundamental para a democracia.

Também é importante destacar que a participação social é necessária para o planejamento sustentável do município, mas não suficiente. As técnicas de participação melhoram, sem sombra de dúvida, o conhecimento dos problemas da cidade e promovem o envolvimento da sociedade no diagnóstico e na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, mas requerem a existência de um “filtro crítico”, que deve ser fornecido por profissionais com formação técnico-científica e experiência. Sem a contribuição desses profissionais, a participação da comunidade pode-se diluir em contradições sem obter nenhum resultado. Por isso, a valorização da participação da sociedade não diminui o papel dos técnicos, pelo contrário, entende-se que isso torna a sua tarefa ainda mais complexa e responsável.

A participação da população, em um processo de mobilização social, é ao mesmo tempo meta e meio. Por isso, não se pode falar da participação apenas como pressuposto, mas também como condição intrínseca e essencial de um processo de mobilização. Obviamente ela se caracteriza como tal, mas a participação cresce em abrangência e profundidade ao longo do processo, o que faz destas duas qualidades (abrangência e profundidade) um resultado desejado e esperado. Participar ou não de um processo de mobilização social é um ato de escolha. Por isso utiliza-se o termo “convocar”, porque a participação é um ato de liberdade. As pessoas são chamadas, mas participar ou não é uma decisão de cada um. Essa decisão depende essencialmente dos cidadãos se verem ou não como responsáveis e como capazes de provocar e construir mudanças.

A garantia de promoções continuadas no setor de saneamento básico só pode ocorrer com a existência de uma política de gestão que incorpore a cooperação efetiva da sociedade. A importância da participação e controle social na formulação de políticas e planos de saneamento básico foi reconhecida na Lei Nacional de Saneamento Básico, que os define como princípio fundamental da prestação desse tipo de serviço.

De acordo com o Ministério das Cidades (2011), os níveis de participação social definem-se de acordo com o grau de envolvimento da comunidade na elaboração do PMSB. É proposta uma classificação quanto à participação em seis níveis, variando da menor participação (nível zero) para a maior (nível seis), conforme descrito nas Figuras 4 e 5.

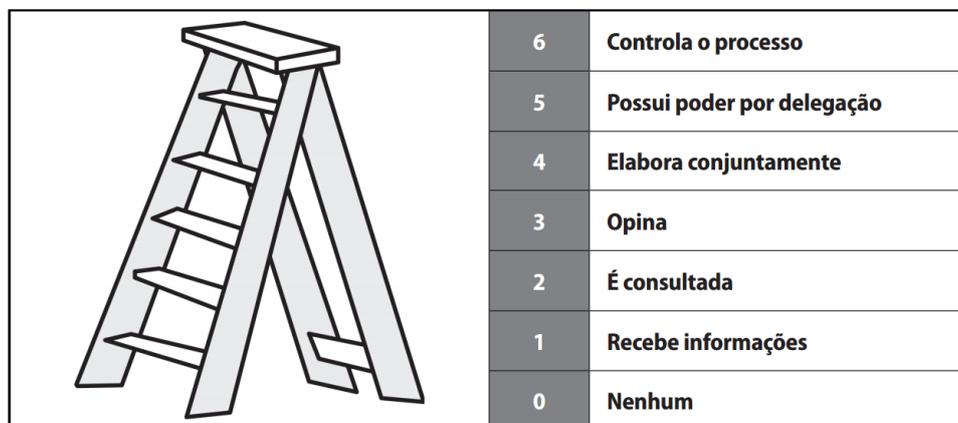


Figura 5 - Níveis de influência dos cidadãos. Fonte: Adaptado do Guia para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico. BRASIL, 2011.

As formas de participação da sociedade organizada são múltiplas e a sua definição é de extrema importância e valia. O objetivo da participação cidadã é conseguir o verdadeiro envolvimento da comunidade na tomada de decisões que vão estabelecer nada menos que a configuração do sistema, isto é, infraestrutura e atividades de saneamento básico do município. Diante disto, para que se possa ter um Plano Municipal de Saneamento efetivamente participativo, é recomendado fixar estratégias de atuação para alcançar os níveis mais elevados de participação, os quais sejam os níveis 4, 5 ou 6, conforme apresentado na Figura 5.

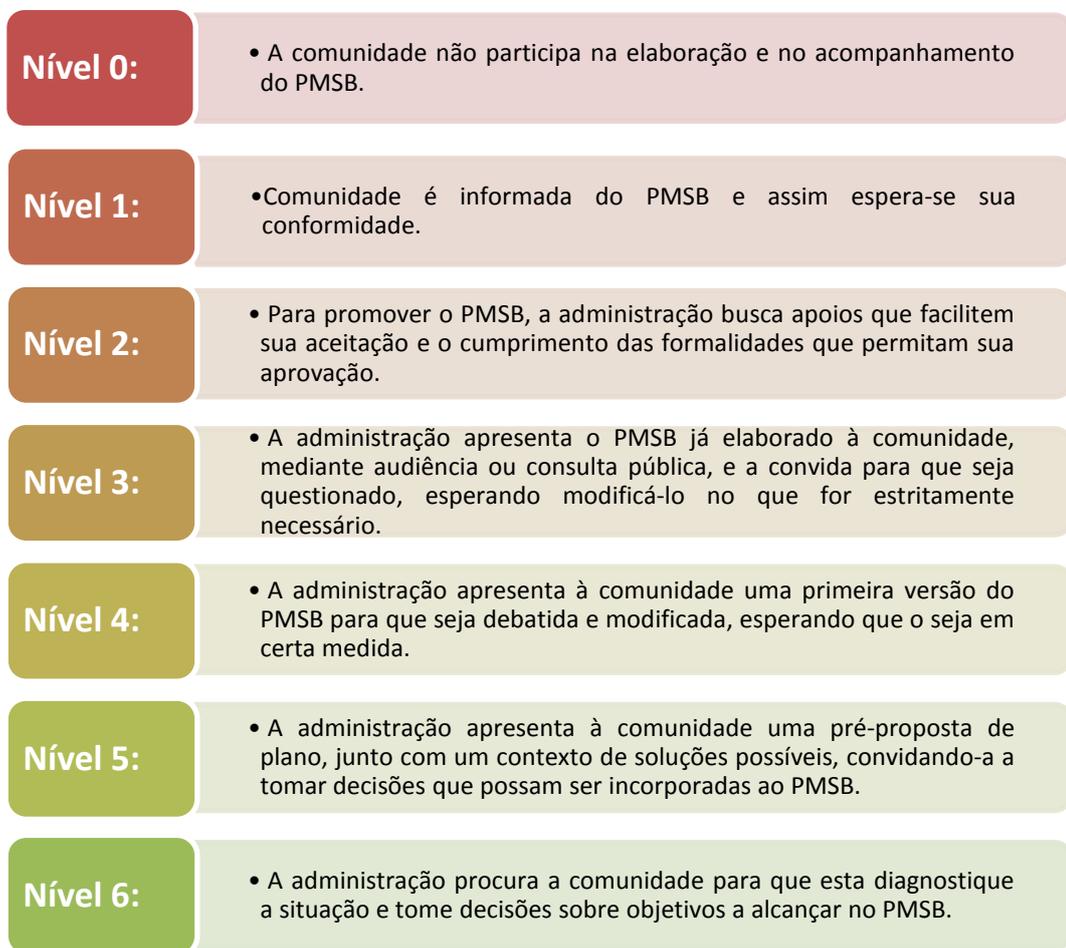


Figura 6 - Níveis de participação social, segundo o grau de envolvimento da comunidade na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico. Fonte: Adaptado do Guia para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico. BRASIL, 2011.

Obviamente, a participação da sociedade não pode ocorrer de um modo descontrolado, o que só conduziria a frustrações desnecessárias. Como dito anteriormente, existem inúmeras formas de participação social, no entanto, o

Guia para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico apresenta três modos básicos de atuação que servem para alcançar os objetivos desejados (Figura 6). É importante salientar que nessas três formas básicas de participação deve haver a presença ativa da Administração Municipal, colaborando no desenvolvimento do processo e assessorando a comunidade participante. No que diz respeito aos participantes, três grandes grupos podem resumir as comunidades na elaboração do PMSB:

- i. Organizações sociais, econômicas, profissionais, políticas, culturais, etc;
- ii. População exterior, mas próxima à área afetada pelo PMS;
População residente no município.



Figura 7 - Modos básicos de participação social da comunidade nos Planos Municipais de Saneamento. Fonte: Guia para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico. BRASIL, 2011.

O planejamento dos serviços de saneamento tem por finalidade a valorização, a proteção e a gestão equilibrada dos recursos ambientais municipais, assegurando a sua harmonização com o desenvolvimento local e setorial através da economia do seu emprego e racionalização dos seus usos. Sendo assim, o Plano Municipal de Saneamento Básico atenderá aos princípios básicos, os quais serão discutidos e acordados com a sociedade.

3 OBJETIVOS

O Plano de Comunicação e Mobilização Social tem por base o Termo de Referência para elaboração do Plano Municipal de Saneamento, elaborado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, bem como as diretrizes do Ministério das Cidades. Os objetivos estão divididos em: (I) geral, que viabilizam a participação da sociedade na construção do PMSB; e (II) específicos, que por sua vez possuem caráter operacional.

A Figura 7 mostra o digrama dos objetivos do PCMS, sendo que aquelas questões de ordem mais prática foram incluídas no item “Ações”.



Figura 8 - Diagrama dos objetivos do Plano de Comunicação e Mobilização Social de Morro Redondo/RS.

3.1 GERAL

Sensibilizar a sociedade a respeito da importância do Plano Municipal de Saneamento Básico e a relevância que tem a participação da coletividade em sua elaboração.

3.2 ESPECÍFICOS

A sensibilização da sociedade deverá ser buscada por meio dos seguintes objetivos específicos:

- i. Incentivar a participação no processo de planejamento dos serviços de saneamento básico;
- ii. Divulgar amplamente o processo, as formas e canais de participação e informar os objetivos e desafios do PMSB;
- iii. Disponibilizar as informações necessárias à participação qualificada da sociedade nos processos decisórios do PMSB;
- iv. Garantir as avaliações e as respostas às todas as emendas, assim como fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico;

4 AÇÕES

Para que sejam alcançados os objetivos descritos acima, deverão ser realizadas as seguintes ações:

- i. Identificar os diferentes seguimentos de organizações sociais no município;
- ii. Levantamentos da participação social no município;
- iii. Realizar reuniões dinâmicas com ampla participação social para estimular os participantes;
- iv. Levantar os possíveis sistemas de comunicação locais, bem como sua capacidade de difusão das informações;
- v. Possibilitar o acesso a informações necessárias à participação qualificada da sociedade no Plano;
- vi. Possibilitar o entendimento dos diferentes setores de segmento público as informações técnicas;
- vii. Estimular o comprometimento da sociedade e o cumprimento da participação da comunidade no processo de elaboração;
- viii. Promover a discussão sob aspectos relacionados a fragilidades sentidas pela população em relação ao saneamento básico;

- ix. Levantar prioridades de atendimento relacionadas a cada bairro/localidade;
- x. Coletar subsídios para a elaboração do PMSB;
- xi. Submeter o PMSB a uma avaliação pelos conselhos municipais e demais atores sociais envolvidos com a temática do saneamento;
- xii. Apresentar a versão final do PMSB para a população;
- xiii. Obter o parecer de aprovação da população interessada na construção do Plano, garantindo sua efetiva participação contemplando suas necessidades no PMSB;
- xiv. Averiguar se as informações concedidas pelos líderes comunitários conferem com os anseios da população;
- xv. Buscar contemplar espaços já constituídos para a elaboração de outros planos, a exemplo do Plano Diretor, Plano de Habitação, Mobilidade Urbana;
- xvi. Estabelecer parcerias para mobilização da sociedade com universidades, empresas públicas, autarquias, secretarias, organizações comunitárias;
- xvii. Estabelecer parcerias com os conselhos municipais.

4.1 UNIVERSO DO PLANO

O universo do Plano de Comunicação e Mobilização Social - PCMS abrange a população total residente do município de Morro Redondo/RS.

4.2 PÚBLICO ALVO

O PCMS envolve a população de forma direta e indireta, considerando a participação de muitas e diferentes pessoas, conforme detalhamento a seguir.

4.2.1 Direto

O público alvo direto do PMSB são os agentes que se relacionam de forma mais concreta e imediata com a área de saneamento básico, sendo que o êxito do PCMS depende em grande parte de sua participação. Abrangem as organizações sociais, econômicas, profissionais, políticas, culturais, lideranças comunitárias, movimentos sociais, conselhos municipais, entre outros atores sociais. Assim, na Tabela 1 estão destacadas algumas instituições que estão em contato com a população, e por este motivo são agentes de disseminação a respeito de informações sobre o saneamento.

4.2.2 Indireto

O público alvo indireto pode é considerado a parcela da população que se relaciona de forma mais passiva com a temática do saneamento básico. Durante o processo de elaboração do PMSB pretende-se transformar parte do público indireto em população diretamente envolvida por meio da consolidação das audiências públicas e da conferência municipal.

Tabela 1 - Organizações que se relacionam fortemente com a comunidade: agentes que incentivam a participação concreta com as áreas de saneamento

Instituição	Telefone	Endereço
Brigada Militar	(53) 3224-0233	Av. das Acácias, 49
Câmara Municipal de Vereadores	(53) 3224-0333 / 3224-1118 / 3224-0132	Av. dos Pinhais, 63
Conselho Tutelar	(53) 3224-0434	Praça São Pedro, 2
Estação Rodoviária	(53) 3224-0050	Av. Jacarandá, 564
Hospital Dr. Ernesto Mauricio Arndt	(53) 3224-0076	Av. Jacarandá
Polícia Civil	(53) 3224-0177	Av. dos Pinhais, 47
Secretaria de Saúde e Assistência Social	(53) 3224-1174 / 3224-0207 / 81179459	Rua das Hortências, 3

4.3 LOCAIS DE EXECUÇÃO

De acordo com o Termo de Referência para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, a execução do PCMS deve ser programada por Unidade Censitária com encontros previstos para o segundo, quarto e sexto mês após a entrega do respectivo plano, sendo que, ao término de cada encontro, deverá estar prevista Audiência Pública como conclusão do processo em cada Unidade. Porém, como o município tem uma população muito pequena nas unidades censitárias, as audiências públicas se farão no Centro do município, onde há uma maior mobilização de pessoas devido a sua localização.

Dessa forma, os eventos foram distribuídos em várias etapas, contemplando a realização dos encontros técnicos, audiências públicas, Pré-Conferência Municipal de Saneamento Básico, Consultas Públicas e Conferência Municipal de Saneamento Básico.

Os locais para a realização dos eventos serão sugeridos em função de sua localização central dentro da região central do município, podendo ser substituído por razões de agenda ou da opção por espaços maiores e dotados de melhor infraestrutura, em local central, com facilidade de acesso e transporte público.

5 METODOLOGIA E ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

A proposta metodológica para elaboração do Plano de Comunicação e Mobilização Social fundamenta-se o princípio do controle social, estabelecido pela Lei nº 11.445/07 (inciso IV, do art. 3º), que consiste em uma série de ações e instrumentos de conduta que garantem aos cidadãos a informação, as representações técnicas e a participação nos processos de formação de políticas, de planejamento e de avaliação, relacionados aos serviços de saneamento básico.

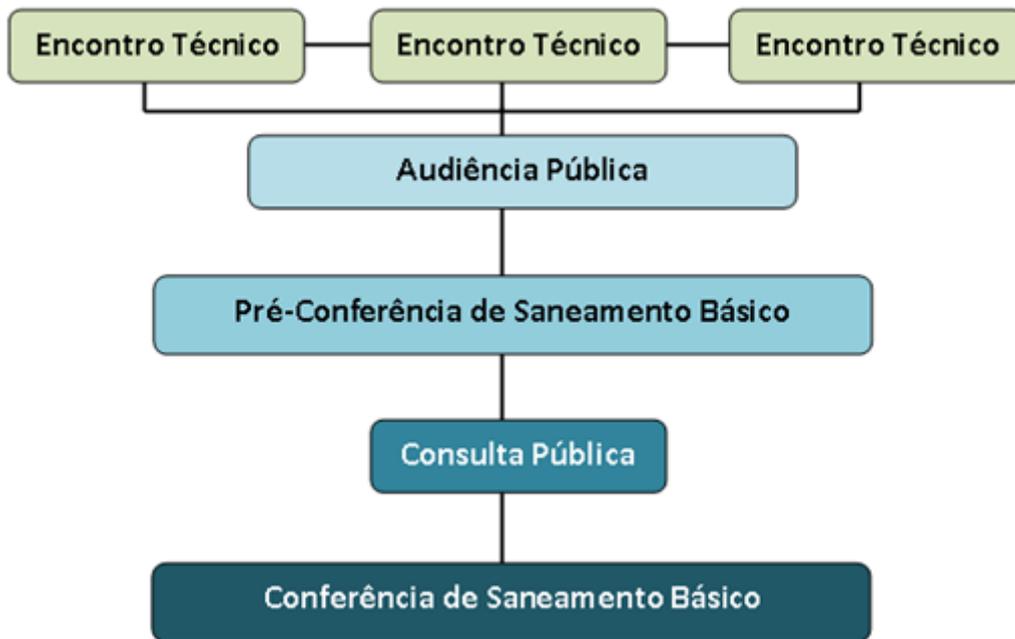


Figura 9 - Diagrama das atividades a serem desenvolvidas, dentro da metodologia do Plano de Comunicação e Mobilização Social de Morro Redondo/RS.

A Figura 8 mostra o diagrama de representação das atividades a serem desenvolvidas na realização do Plano de Comunicação e Mobilização Social do PMSB do município de Morro Redondo/RS. Na sequência, seguem os itens específicos, que descrevem cada uma das atividades previstas.

5.1 ENCONTROS TÉCNICOS

A atividade será realizada a partir da inserção da equipe técnica na comunidade, onde se pretende estabelecer espaços de diálogo acerca do processo de construção do PMSB, obedecendo ao princípio da ação participativa, um dos principais pilares construtivos do presente documento.

5.1.1 Objetivo Macro da Atividade

Apresentar a proposta e colher informações com representantes das associações de bairros ou de moradores, sobre a situação atual do saneamento básico do município.

5.1.2 Objetivos Imediatos da Atividade

São os objetivos que devem ser alcançados no início do processo, visando abranger uma parcela da população de forma instantânea.

- i. Ampliar a discussão sobre aspectos relacionados ao saneamento básico;
- ii. Promover a interação e o comprometimento da comunidade no processo de elaboração do PMSB;
- iii. Listar as prioridades de atendimento da população envolvida;
- iv. Coletar subsídios para a elaboração do PMSB.

5.1.3 Procedimentos Metodológicos

O roteiro dos encontros técnicos terá as seguintes ações, que servirão como base para orientação dos membros da equipe:

- i. Apresentação da equipe;
- ii. Esclarecer os objetivos e metodologia do PMSB;
- iii. Esclarecer os objetivos dos Encontros Técnicos e a importância da participação da comunidade nas Audiências Públicas e demais eventos;
- iv. Coordenar o trabalho de grupo garantindo a participação de todos os envolvidos;
- v. Incentivar o grupo a expor suas ideias;

A partir de questões levantadas pelo condutor, espera-se que os envolvidos contribuam com ideias e sugestões, de forma objetiva e espontânea, para solução de problemáticas relacionadas ao saneamento básico, estimulando a comunidade a refletir conjuntamente com a equipe técnica.

Nessa instância, serão levantadas questões quanto à dotação de infraestrutura e de qualidade dos serviços de abastecimento e tratamento de água, de esgotamento sanitário, de coleta e disposição final de resíduos sólidos e de drenagem de águas pluviais, a fim de nortear a discussão e facilitar o encaminhamento dos resultados.

Além das anotações, mapas impressos serão utilizados como forma de registrar e especializar os principais problemas de saneamento básico de cada bairro/localidade, que serão apontados pelos membros da comunidade.

5.2 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Atividade aberta a toda a população, que consiste em uma derivação da atividade anterior (encontro técnico), abrangendo o máximo de pessoas possível.

5.2.1 Objetivo Macro da Atividade

Apresentar a proposta de trabalho do PMSB e a sintetização das informações obtidas nos diagnósticos para a população da área de abrangência.

5.2.2 Objetivos Imediatos da Atividade

- i. Ampliar a discussão sobre aspectos relacionados ao saneamento básico;
- ii. Promover a interação e o comprometimento da comunidade no processo de elaboração do PMSB;
- iii. Listar as prioridades de atendimento aos serviços de saneamento básico, apontadas pelos representantes de cada bairro/localidade;
- iv. Verificar se as informações fornecidas pelos líderes comunitários coincidem com os anseios da população da área de abrangência.

5.2.3 Procedimentos Metodológicos

As audiências públicas terão como roteiro as seguintes ações sequenciais, que servirão como base de orientação para o condutor e demais membros da equipe:

- i. Apresentação da equipe;
- ii. Esclarecer os objetivos e metodologia do PMSB;
- iii. Esclarecer os objetivos dos Encontros Técnicos, das Audiências Públicas e a importância da participação da comunidade;
- iv. Enumerar as prioridades apontadas pelos representantes de cada bairro/localidade;
- v. Oportunizar um espaço para críticas, sugestões e questionamentos pela população;
- vi. Sistematizar as falas, de modo a focar nas questões relevantes que não foram apontadas na etapa anterior, registrando-as em ata.

5.3 PRÉ-CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Atividade que visa submeter o PMSB a um comitê consultivo composto por atores sociais, principalmente da sociedade civil organizada, tais como: Organizações não Governamentais (ONG's), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), associações, cooperativas, sindicatos, movimentos sociais, conselhos municipais, comitê de bacia hidrográfica, companhias de saneamento, universidades, instituições, gestores públicos, parlamentares, entre outros.

5.3.1 Objetivo Macro da Atividade

Submeter o PMSB a uma avaliação pelos conselhos municipais e demais atores-chave diretamente envolvidos com a temática do saneamento.

5.3.2 Objetivos Imediatos da Atividade

Aqueles que são resultado da Pré-Conferência, obtidos através da contribuição instantânea dos envolvidos:

- i. Buscar contemplar espaços já constituídos para a elaboração de outros planos, a exemplo do Plano Diretor, Plano de Habitação, Mobilidade Urbana;
- ii. Estabelecer parcerias para mobilização da sociedade com universidades, empresas públicas, autarquias, secretarias, organizações comunitárias;
- iii. Estabelecer parcerias com os conselhos municipais.

5.3.3 Procedimentos Metodológicos

A Pré-Conferência Municipal de Saneamento Básico deverá ser realizada tendo como orientação os seguintes procedimentos:

- i. Apresentação da equipe;
- ii. Explanar sobre o processo de construção social do PMSB;
- iii. Apresentar os resultados obtidos;
- iv. Oportunizar críticas, sugestões e questionamentos por parte dos atores que compõem o comitê consultivo;
- v. Sistematizar as falas, de modo a focar nas questões relevantes, registrando-as em ata e incorporando-as ao documento final.

5.4 CONSULTA PÚBLICA

Atividade destinada à apreciação da versão preliminar do PMSB por parte da população, que será motivada a fazer uma avaliação por meio de consulta pública.

5.4.1 Objetivo Macro da Atividade

Obter o parecer da população interessada diretamente na construção do plano, garantindo que suas opiniões e necessidades estejam contempladas no PMSB.

5.4.2 Objetivos Imediatos da Atividade

Objetivos considerados de curto prazo, sendo:

- i. Divulgar amplamente a atividade;
- ii. Coletar contribuições da população ao PMSB;
- iii. Avaliar as contribuições enviadas;
- iv. Garantir respostas à população e divulgar resultados.

5.4.3 Procedimentos Metodológicos

A Consulta Pública deverá ter suas diretrizes estabelecidas por Portaria Municipal, conforme Termo de Referência para elaboração do PMSB. No Anexo I são apresentados, como referencial técnico e legal, a Portaria do Ministério das Cidades nº330/2012, de 25 de julho de 2012, que torna pública a realização de Consulta Pública sobre a Proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB. Também está contida a Instrução Normativa nº 12, de 14 de junho de 2012, que altera a Instrução Normativa nº 22, de 10 de maio de 2011, que regulamenta, no âmbito do Ministério das Cidades, o processo de realização de audiências públicas e consultas públicas referentes à proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico.

As críticas e sugestões, exclusivamente sobre a proposta de texto do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB, devidamente justificadas, deverão ser encaminhadas por escrito, por meio de formulário eletrônico interativo, a ser disponibilizado em seção específica do site <http://alm.ufpel.edu.br/>.

A seção específica do site deverá ter uma interface “amigável”, intuitiva e de fácil localização das informações para a coleta e divulgação dos resultados da Consulta Pública, bem como o uso de ferramentas computacionais adequadas para apuração e sistematização dos resultados.

5.5 CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Atividade que tem por finalidade a apresentação e entrega do produto final do Plano Municipal de Saneamento Básico, direcionada a toda a população do município.

5.5.1 Objetivo Macro da Atividade

Apresentar para a população do município do Morro Redondo a versão final do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB.

5.5.2 Objetivos Imediatos da Atividade

- i. Ampliar a discussão sobre aspectos relacionados ao saneamento básico.
- ii. Estimular o diálogo considerando a tradução do saber técnico e saber popular por meio de reuniões.

5.5.3 Procedimentos Metodológicos

A Conferência Municipal de Saneamento Básico deverá ser realizada tendo como orientação os seguintes procedimentos:

- i. Apresentação da equipe;
- ii. Destacar a importância do papel da sociedade na construção do PMSB;
- iii. Apresentar os resultados obtidos;
- iv. Entrega formal da versão final do PMSB.

5.6 COMUNICAÇÃO SOCIAL

Na essência da ação conduzida pelos movimentos sociais está a mobilização, tendo em vista que, sem apoio, dificilmente uma organização conseguirá promover mudanças capazes de gerar a transformação desejada. Para tanto, é necessária a união dos cidadãos, das organizações sociais e do poder público, todos afinados em busca de um mesmo ideal. A comunicação

surge como base fundamental para esse processo. Afinal, mobilizar é comunicar sentidos, compartilhar expectativas, discutir e construir consensos e estratégias em torno de um mesmo horizonte.

Tendo como premissa a participação da sociedade e a oportunidade de discussão criada aos cidadãos do município para que eles possam discutir aspectos relacionados ao saneamento básico, estão previstos no processo de elaboração do PMSB, o uso dos instrumentos de comunicação social. Esses instrumentos visam divulgar e mobilizar a população, em seus diferentes segmentos, para sua efetiva participação na construção do PMSB.

A seguir, são detalhadas informações acerca das três etapas previstas para o desenvolvimento da atividade de Comunicação Social, sendo estas:

- i. Planejamento da Comunicação Social;
- ii. Produção do Material Informativo;
- iii. Relacionamento com a Imprensa.

5.6.1 Planejamento da Comunicação Social

No processo de mobilização social, mais do que sensibilizar as pessoas para a importância de planejar o saneamento básico municipal, é preciso mostrar que todas podem e devem contribuir na elaboração do PMSB.

Para a convocação das pessoas será realizado um planejamento em um primeiro momento para organizar as atividades de comunicação social de forma a evitar o risco de um efeito contrário. De modo geral, a tendência dos indivíduos é de se afastar quando não conseguem compreender sua função e os propósitos da ação. Para tanto, é necessário estabelecer reuniões de planejamento entre a equipe responsável pelo PMSB para delinear e responder as seguintes questões: por que comunicar e para que comunicar? Com quem, o que e como comunicar? Quem vai comunicar? Para ajudar a responder a essas questões é feito um detalhamento através de um fluxograma, conforme descrito a seguir na Figura 9.



Figura 10 - Questões fundamentais do Planejamento de Atividades de Comunicação Social.

5.6.2 Produção do Material Informativo

Após a fase de planejamento da comunicação, incluindo os levantamentos dos veículos de comunicação, público-alvo e conteúdos a serem trabalhados, vem a etapa de produção do material informativo. Previamente, se estabeleceu a produção e edição de materiais impressos, por seu registro mais duradouro, facilidade de distribuição e armazenamento. Em termos de projeto gráfico e linha editorial, será dada a preferência pela produção de materiais com textos sintéticos, mais objetivos e complementados por imagens que ajudem na compreensão do conteúdo. A seguir são apresentados os instrumentos básicos que serão utilizados na atividade de comunicação social.

5.6.2.1 Folder

Instrumento impresso de divulgação que traz, de forma rápida, atraente e objetiva, as principais informações sobre o Plano Municipal e Saneamento. O folder do PMSB descreverá, resumidamente, os seguintes conteúdos:

- i. Lei Nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico;
- ii. Obrigatoriedade de elaboração de planos municipais de saneamento;
- iii. Importância do saneamento básico para a melhoria das condições de vida da população;
- iv. Importância da participação da sociedade no processo de construção do Plano.
- v. Objetivos, canais e formas de participação.

O folder terá um caráter mais atemporal, isto é, não haverá informações que sejam superadas rapidamente durante o processo de elaboração do PMSB.

5.6.2.2 Cartaz

Instrumento impresso afixado de forma que seja visível em locais públicos, tendo como função principal divulgar uma informação visualmente. Os cartazes do PMSB, diferentemente dos folders, serão temporais, trazendo informações acerca dos eventos: audiências, consultas, pré-conferência e conferência.

5.6.2.3 Banner

Instrumento de comunicação impressa, tendo como objetivo a divulgação em espaços fechados. Os banners do PMSB serão utilizados nos eventos para apresentar visualmente as etapas do processo e sínteses dos estudos produzidos (diagnósticos, prognósticos, ações, instrumentos, etc.).

O material será produzido com base nos subsídios fornecidos na fase de planejamento da comunicação, bem como nos materiais de referência produzidos pelo Ministério das Cidades, com adequada sintonia entre as

imagens e texto, visando maior poder de “atração” do público presente nos eventos.

5.6.2.4 Site

Com o crescimento da inclusão digital e facilidade de acesso, a internet tem se tornado uma das principais fontes de informação e de compartilhamento de conteúdos da atualidade. Há diversas ferramentas que podem ajudar na veiculação de informação sobre os temas trabalhados para a mobilização social, sendo o site apenas uma delas. O site é um espaço virtual composto por uma ou mais páginas e que pode ser acessado por meio de um endereço eletrônico. Por meio do site, será possível disponibilizar um grande contingente de informações do PMSB, incluindo os estudos, agenda de eventos, resultados dos eventos, etc.

5.6.3 Relacionamento com a Imprensa

Os veículos de comunicação têm um papel fundamental na construção da opinião pública, pois se sabe que as mudanças sociais só acontecem quando são entendidas e consideradas desejáveis por muitas pessoas. Dessa forma, é essencial estabelecer um canal de diálogo junto aos jornalistas aberto à discussão e à abordagem dos temas relacionados ao saneamento básico. De modo geral, os veículos de comunicação estão abertos à proposição de pautas da sociedade, mas para que elas sejam aceitas, precisam ser levadas ao lugar certo e na hora certa.

5.6.3.1 Mapeamento dos Veículos de Comunicação

Após identificar os veículos de comunicação com os quais se pretende trabalhar durante a elaboração do PMSB, tais como jornais, rádios, TVs, etc., será elaborado um *mailing*, lista de contatos sobre veículos de comunicação, contendo nomes, telefones, fax, e-mails, cargos e editorias dos jornalistas. Também é desejável reunir informações sobre os dias e horários das reuniões de pauta, momento em que são fechados os assuntos a serem tratados e

também fica definido quem será o responsável por receber as sugestões de pauta.

Está prevista a elaboração de comunicados de imprensa (releases), para informações sobre o andamento do PMSB, bem como a divulgação da agenda dos eventos. Além dos releases, serão solicitados pedidos de pauta para agendamento de entrevistas e cobertura dos principais eventos, como a Conferência Municipal de Saneamento Básico. Esses materiais de imprensa deverão ser previamente aprovados pela equipe técnica do Departamento de Vigilância em Saúde e Meio Ambiente e, posteriormente, enviados ao *mailing* do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Foi identificado um veículo de comunicação que atua no município, a rádio Bomfim.

5.6.3.2 Sensibilização

Concluída a etapa de mapeamento dos veículos, concomitantemente à elaboração do *mailing*, serão realizadas reuniões com jornalistas com o objetivo de sensibilizar os mesmos a respeito do tema do saneamento básico e a importância do PMSB para o futuro do município. Serão reunidas as principais informações sobre o processo, os desafios e os objetivos a serem alcançados, os quais permitam que os profissionais de imprensa possam ter oportunidade de pauta durante o período de elaboração do plano.

5.6.3.3 Atendimento e Entrevista

Quando uma organização começa a estabelecer um bom relacionamento com a mídia, é comum que os jornalistas, por iniciativa própria, passem a buscá-lo para ter informações, dados ou entrevistados para suas matérias. Quando isso acontece, é sinal de que a organização está sendo reconhecida como um bom interlocutor. Portanto, é importante que a equipe esteja preparada para ser ágil nos retornos, evitando causar má impressão ou, até mesmo, perdendo o contato com repórter.

A entrevista é um dos momentos mais importantes no processo de produção jornalística, mas também é um dos que mais gera polêmica. O convidado para uma entrevista é corresponsável por aquela informação que será veiculada e, por isso, precisa ter clareza ao passá-la ao jornalista. Por isso, a SMMA deverá indicar previamente as pessoas responsáveis por relatar sobre o PMSB para as solicitações de pauta de entrevista enviadas aos veículos de comunicação.

5.7 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O Plano de Comunicação e Mobilização Social - PCMS prevê a implementação de um sistema de Monitoramento e Avaliação baseado na combinação de várias abordagens, com maior ênfase nas ferramentas baseadas em metas.

A dimensão Monitoramento consistirá na coleta sistemática e análise de como o PCMS evolui, buscando melhorar a sua eficiência e a sua eficácia, envolvendo os seguintes aspectos:

- i. Estabelecer indicadores de eficiência, de eficácia e de impacto;
- ii. Estabelecer sistemas para coleta de informações, relacionando os indicadores definidos;
- iii. Coletar e armazenar a informação;
- iv. Analisar a informação;
- v. Utilizar a informação para informar ao gerenciamento periódico.

A dimensão Avaliação terá um caráter formativo, sendo elaborada ao mesmo tempo em que o PCMS estará sendo desenvolvido, e servirá basicamente para:

- i. Avaliar o que o PCMS pretende atingir;
- ii. Reconhecer seu progresso em relação ao previsto, suas metas de impacto;
- iii. Examinar se houve eficácia na estratégia proposta;
- iv. Examinar se houve o uso eficiente dos recursos.

6 EQUIPE E PARCERIAS

A Tabela 2 relaciona a equipe técnica a ser mobilizada à medida que a atuação de cada especialista se fizer necessária, em conformidade com o cronograma de alocação de equipe apresentada no Plano de Trabalho. Em função do andamento dos trabalhos, serão realizados os ajustes necessários ao bom andamento do PMSB e atendimento ao prazo de execução, de 16 meses.

Tabela 2- Equipe Técnica com respectivas funções e formação

Nome	Função/Especialidade	Formação
Maurizio Silveira Quadro	Professor Coordenador	Engenharia Agrícola
Erico Kunde Corrêa	Professor	Engenharia Agrônômica
Amauri Antunes Barcelos	Professor	Engenharia Agrônômica
Andrea Souza Castro	Professora	Engenharia Agrícola
Diuliana Leandro	Professora	Engenharia Cartográfica
Elias Lisboa	Técnico responsável	
Charles Froes	Técnico responsável	Ecologia
Ana Luiza Bertani Dall Agnol	Estagiária	Estudante de Engenharia Ambiental e Sanitária
Andressa Nizolli Rodrigues	Estagiária	Estudante de Engenharia Hídrica
Carliana Rouse Favretto	Estagiária	Estudante de Engenharia Ambiental e Sanitária
Cauana Schumann	Estagiária	Estudante de Engenharia Ambiental e Sanitária
Luiza Souza de Paula	Estagiária	Estudante de Engenharia Ambiental e Sanitária
Gustavo Sarubbi Ferraz	Estagiário	Estudante de Engenharia Ambiental e Sanitária
Gustavo Farias Lima	Estagiário	Estudante de Engenharia Ambiental e Sanitária
Mélory Maria Fernandes de Araujo	Estagiária	Estudante de Engenharia Hídrica
Renata Cezimbra	Estagiária	Estudante de Engenharia Ambiental e Sanitária

Na Tabela 3 é apresentada a equipe de fiscalização do Departamento de Vigilância em Saúde e Meio Ambiente, a qual será responsável, entre outras prerrogativas, pelo acompanhamento do PCMS, aprovação do material de

imprensa e gráfico produzido, interlocução em entrevistas nos veículos de imprensa, bem como presidir a mesa das audiências e conferências.

Tabela 3 - Equipe de Fiscalização indicada pela Prefeitura Municipal de Morro Redondo, com indicação de cargo e função

Nome	Cargo	Função
Miguel Ângelo Goulart Paiva	Secretário de Agricultura e Desenvolvimento Rural	Secretário
Darlan Guidotti de Melo	Secretaria de Obras e Urbanismo	Secretário
Darli Rosana Lettnin Thiel	Secretaria de Finanças	Secretária
Darli Rosana Lettnin Thiel	Secretaria de Administração	Secretária
Rui Valdir Otto Brizolara	Secretário de Educação e Cultura	Secretário
Idelvani Tessmer Müller	Secretaria de Saúde e Assistência Social	Secretário
Natali Rodrigues dos Santos	Setor do Meio Ambiente	Chefe de Departamento

A formulação da Política Pública de Saneamento Básico, incluindo o Plano Municipal de Saneamento Básico, é compartilhada pelo Comitê de Coordenação e o Comitê Executivo, responsáveis, respectivamente, pela coordenação e pela operacionalização do processo. Ambos os comitês acompanharão as ações de comunicação e mobilização social, especialmente no que se refere à criação de grupos de trabalho e apreciação do PMSB pelos conselhos municipais. A seguir, são apresentadas as suas composições.

Tabela 4 - Composição do Comitê de Coordenação da Política de Saneamento Básico e do PMSB

Nome	Setor da Administração
------	------------------------

Natali Rodrigues dos Santos

Setor do Meio Ambiente

Darlan Guidotti de Melo

Secretaria de Obras, Urbanismo e
Trânsito

A tabela 5, a seguir, apresenta a composição do Comitê Executivo da Política de Saneamento Básico e do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Tabela 5 - Composição do Comitê Executivo da Política de Saneamento Básico e do PMSB

Nome	Setor da Administração
Natali Rodrigues dos Santos	Setor do Meio Ambiente
Darlan Guidotti de Melo	Secretaria de Obras, Urbanismo e Trânsito

Na Tabela 6 estão especificados os componentes e estrutura do Governo Municipal de Morro Redondo.

Tabela 6 - Estrutura do Governo Municipal de Morro Redondo

Nome	Função	Setor Administrativo
Rui Valdir Otto Brizolara	Prefeito Municipal	Gabinete
Diocélio Jaeckel	Vice-Prefeito	Gabinete
Darli Rosana Lettnin Thiel	Secretária	Secretaria Municipal de Administração
Darli Rosana Lettnin Thiel	Secretária	Secretaria Municipal de Finanças
Rui Valdir Otto Brizolara	Secretário	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Idelvani Tessmer Müller	Secretário	Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Darlan Guidotti de Melo	Secretário	Secretaria de Obras, Urbanismo e Trânsito
Miguel Paiva	Secretário	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural
Natali Rodrigues dos Santos	Chefe do Departamento	Setor do Meio Ambiente

7 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

A sequência cronológica de desenvolvimento das etapas e atividades previstas para o Plano de Comunicação e Mobilização Social - PCMS é identificada na no Quadro 1, apresentada em continuação. Este cronograma deverá ser ajustado a partir da segunda reunião com a fiscalização, que deverá aprovar as datas e locais dos encontros técnicos, audiências públicas, Pré-conferência e Conferência Municipal de Saneamento Básico e Consulta Pública.

Quadro 1 - Cronograma Físico das Atividades do Programa de Comunicação e Mobilização Social – PCMS

Atividade	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho
Construção do Plano de Mobilização e Comunicação Social							
Caracterização geral do município							
Identificação os diferentes seguimentos de organizações sociais no município							
Levantamento da participação social no município							
Mapeamento dos Veículos de Comunicação							
Coleta de subsídios para a elaboração do PMSB							
Encontros técnicos							
Audiências públicas							
Conferência municipal de saneamento básico							
Entrega do Plano							

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDI; Oficina de Imagens. **Comunicação e mobilização social**: orientações para incidir em políticas públicas. 2.ed. Belo Horizonte: Oficina de Imagens, 2009. 80 p.; (Coleção Cadernos Novas Alianças; 1).
- BOCK, UDO. **Briefing Básico de Comunicação para processos de Mobilização Social**. In: Congresso Brasileiro de Publicidade, 4., 2008, São Paulo. Disponível em: <<http://cvirtualex-func-nu.bvs.br>>. Acesso em: 27 jul. 2012.
- BRASIL. **Lei 11.445, 5 jan. 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Publicado no DOU de 8.1.2007 e retificado no DOU de 11.1.2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 11 jul. 2012.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Conselho das Cidades. Resolução n. 25, de 18 de março de 2005. Publicado no DOU de 30.3.2005. : <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 12 jul. 2012.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Organização Pan-Americana da Saúde. **Política e Plano de Saneamento Ambiental**: experiências e recomendações. 2 ed. Brasília: Ministério das Cidades, 2011. 148 p. Disponível: <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 12 jul. 2012.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **Peças Técnicas Relativas a Planos Municipais de Saneamento Básico**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2011. 244 p. Disponível: <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 12 jul. 2012.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. **Caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009. 100 p. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br>>. Acesso em: 12 jul. 2012.
- FERREIRA, JEFFERSON; ROBAINA, LUIS EDUARDO DE SOUSA. **Expansão urbana e o estabelecimento do risco aos desastres por inundação**: o caso de Rio Grande/RS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO, 1 e SEMINÁRIO DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNESP, 20., 2010, Rio Claro. **Anais...** Rio Claro: UNESP, 2010. p. 2376-2395. Disponível em: <sites.google.com/site/organizacao-do-espaco>. Acesso em: 26 jun. 2012.
- GALVÃO JUNIOR, ALCEU DE CASTRO et al. **A Informação no Contexto dos Planos de Saneamento Básico**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2010. 285 p. Disponível: <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 12 jul. 2012.
- LINO, ANTONIO. **Mobilização Social**. São Paulo: Museu da Pessoa, 2008. Disponível em: <www.museudapessoa.net>. Acesso em: 27 jun. 2012.
- TORO A., JOSÉ BERNARDO; WERNECK, NÍSIA MARIA DUARTE. **Mobilização Social**: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 104

ANEXO I

PORTARIA Nº 330, DE 24 DE JULHO DE 2012.

MINISTÉRIO DAS CIDADES

GABINETE DO MINISTRO

DOU de 25/07/2012 (nº 143, Seção 1, pág. 50)

Torna pública a realização de Consulta Pública sobre a Proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o inciso III do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003, e,

considerando a relevância da etapa de divulgação e debate da proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) para o Brasil, previsto no parágrafo único do art. 51 da Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, além do inciso II do art. 26 e do parágrafo único do art. 61 do Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010;

considerando que coube à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades a coordenação da elaboração da proposta do PLANSAB ora em discussão, atribuída pelo inciso I do art. 52 da Lei 11.445/2007;

considerando o que disciplina a Instrução Normativa nº 22, de 10 de maio de 2011, alterada pela Instrução Normativa nº 12, de 14 de junho de 2012, ambas do Ministério das Cidades, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a realização de Consulta Pública sobre a Proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico - PLANSAB.

Art. 2º - Poderão ser encaminhadas ao Ministério das Cidades, em até 61 (sessenta e um) dias, contados da publicação desta Portaria nº 330, de 24 de julho de 2012, sugestões que possam contribuir para o aperfeiçoamento do Plano, por intermédio do sistema de informação, disponível a partir do endereço eletrônico: <http://www.cidades.gov.br>.

Art. 3º - A disciplina desta Consulta Pública segue os dispositivos previstos na Instrução Normativa nº 22, de 10 de maio de 2011, alterada pela Instrução Normativa nº 12, de 14 de junho de 2012, e pela Instrução Normativa nº 26, de 3 de setembro de 2012, todas do Ministério das Cidades.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.